

REUNIÃO DOS MEMBROS DA COORDENAÇÃO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO CONTRA O PLP 257

Deliberações da reunião de 07/04/2016

Representantes das centrais sindicais - Central Única dos Trabalhadores - CUT, União Geral dos Trabalhadores - UGT, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB, Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST, Central dos Sindicatos do Brasil - CSB, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB e Central do Servidor - Pública - reunidos nesta manhã (07) aprovaram as seguintes deliberações e encaminhamentos, referentes às mobilizações pela rejeição e retirada da pauta do PLP 257/2016:

1 - Reconhecer que o PLP 257/2016 não é solução para o equacionamento da dívida pública dos estados e municípios, ao contrário, apenas protela e agrava o problema com o alongamento do perfil da dívida, inserindo condicionantes que penalizam os serviços e os servidores públicos, as quais são inaceitáveis;

2 - É preciso manter o foco da luta na rejeição ao PLP 257, ainda que haja a disposição para negociar modificações ou o seu desmembramento, inclusive na forma proposta pelo deputado Espiridião Amim, que deve ser melhor esclarecida;

3 - Buscar negociação com o governo, ainda que isto seja difícil tendo em vista que a agenda governamental, neste momento, é a questão do impeachment, e intensificar as intervenções junto aos parlamentares, pois, dependendo da força dos interesses de governadores e prefeitos no PLP 257, ele poderá ser votado na forma como está, pois se trata de uma matéria suprapartidária a gosto dos atuais e futuros governos, em todos os entes federativos;

4 - Fortalecer o trabalho nas bases, que não estão esclarecidas com relação ao PLP 257, pressionando e monitorando deputados e senadores, além de governadores e prefeitos, aproveitando-se do

sentimento de indecisão de muitos deputados federais que consideram inconveniente a votação desta matéria no momento atual; intensificar campanhas de mídias, inclusive com inserções pagas nas emissoras de tv, além de boletins e jornais, buscar mecanismos de comunicação ágeis e focar a pressão no Congresso Nacional;

5 - Com exceção da CSB, todas as demais centrais recomendaram a preservação da unidade construída na plenária do dia 05, uma das mais representativas dos últimos anos envolvendo mobilizações de servidores públicos, mediante o entendimento de que não se trata de disputa por espaço institucional, mas de luta geral e nacional em defesa dos serviços, dos servidores e das servidoras públicas, civis e militares; entendimento do qual discorda a CSB por considerar que a coordenação do movimento deva ser apenas das centrais reconhecidas por aferição, por isso, a CSP continua na luta contra o PLP 257 mas não assina o documento com centrais não reconhecidas oficialmente;

6 - Deliberou-se por dar mais dinamismo às atividades aprovadas, consistindo em fortalecer a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado, solicitada pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil-CSPB e encaminhada pelo senador Paulo Paim, a se realizar no dia 11 de abril, às 15 horas, garantindo-se que a primeira mesa da referida audiência seja integrada pela representação das centrais sindicais;

7 - Encaminhou-se que a Coordenação Nacional vai atuar no sentido de assegurar manifestações unificadas nos Estados contra o PLP 257 no dia 13 de abril, conforme as condições e a realidade de cada um, mas buscando-se evitar atos isolados. Para isso as centrais sindicais deverão informar às suas bases sobre as deliberações e incentivar as mobilizações de forma ampla e unitária, envolvendo servidores públicos civis e militares;

8 - Definiu-se, também, pela realização de movimento massivo em Brasília/DF no dia 13, em decorrência de agendas e convocações já

encaminhadas por entidades sindicais de servidores públicos do DF, inclusive com concentração e grande marcha às 17 horas do dia 13, de acordo com as deliberações dos fóruns das entidades no DF que, para isto, deverá fazer reunião amanhã, dia 08 de abril, para definir o perfil e a estrutura das manifestações.

9 – Deliberou-se, também, pela concentração em Brasília no dia 14, a partir das 9 horas da manhã, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, inclusive incorporando o evento de relançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços Públicos, marcado para as 10 horas. O ato no Nereu Ramos será de caráter permanente durante todo o dia, com a finalidade de fortalecer a pressão sobre os deputados.

10 – Para maior agilidade na comunicação entre os membros da Coordenação Nacional ficou definida a criação de um grupo no WhatsApp de forma a acelerar informes e encaminhamentos.

Brasília, 07 de abril de 2016.

Sebastião Soares - Relator